

O PÚBLICO junta-se hoje a uma iniciativa lançada por Timothy Garton Ash, o famoso historiador de Oxford, que visa lançar um grande debate europeu sobre o futuro da Europa. O objectivo é encontrar para a União Europeia, no 50.º aniversário do Tratado de Roma, uma nova narrativa comum para os próximos 50 anos. O ponto de partida é um texto escrito pelo próprio, que publicamos aqui, como muitos outros jornais europeus. Os primeiros comentários e contributos já podem ser lidos no *site* criado com esse propósito

As verdadeiras histórias da Europa

Timothy Garton Ash

● A União Europeia precisa urgentemente de encarnar uma nova narrativa. As velhas narrativas gloriosas e os euromitos já não conseguem convencer ninguém. Que tal tentar uma história verdadeira e autocrítica tecida em torno de seis objectivos?

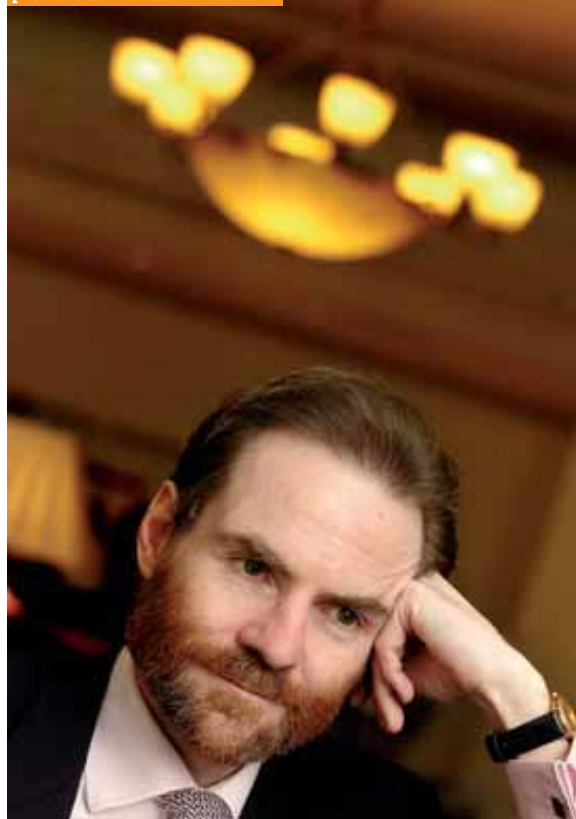
A Europa esqueceu-se do enredo. À medida que nos aproximamos do 50.º aniversário do Tratado de Roma, no dia 25 de Março de 2007 - o 50.º aniversário da Comunidade Económica Europeia que se viria a tornar a União Europeia -, torna-se cada vez mais evidente que a Europa já não sabe que história quer contar. Durante três gerações, houve uma narrativa política comum que sustentou o projecto da integração da Europa (ocidental), mas ela desfez-se com o fim da Guerra Fria. São poucos os europeus que hoje sabem de onde viemos, para já não falar da partilha de uma visão sobre o nosso futuro. Não sabemos por que razão temos uma União Europeia nem para o que serve. Por isso, precisamos urgentemente de uma nova narrativa.

O que proponho é que a nossa nova história seja construída a partir de seis linhas, cada uma das quais representa um objectivo europeu comum. Essas linhas são a liberdade, a paz, a lei, a prosperidade, a diversidade e a solidariedade.

Nenhum destes objectivos é específico da Europa, mas a maior parte dos europeus concordarão que aspirar a todos eles é característico da Europa contemporânea. O nosso desempenho, porém, tem ficado muitas vezes muito aquém das nossas aspirações. Essa incapacidade é ela própria parte da nossa nova história e deve ser claramente assumida, pois a Europa de hoje deve ter também a capacidade de se submeter a uma constante autocrítica.

Nesta proposta, a nossa identidade não será construída à maneira da nação europeia histórica, que já foi ironicamente definida como um grupo de pessoas unidas por um ódio comum pelos seus vizinhos e uma desconfiança partilhada do seu passado. Tão-pouco devemos tentar reescrever a história europeia à maneira das mitologias teolóxicas características da construção das nações do século XIX. Não viria nenhum bem de uma falsificação mítica da nossa história (do tipo "De Carlos Magno ao euro") que não funcionaria de todo. A nação

Garton Ash diz que a Europa precisa de uma nova narrativa



foi brilhantemente analisada pelo historiador Ernest Renan como uma comunidade de memórias partilhadas e de esquecimentos partilhados, mas o que uma nação deseja esquecer, outra deseja recordar. Quantas mais nações existem na União Europeia, mais diversa é a família de memórias nacionais e mais difícil se torna construir mitos partilhados a propósito de um passado comum.

Por outro lado, o nosso sentido de solidariedade europeu também não pode ser alcançado através da criação negativa de um inimigo ou de um "outro" (para usar o jargão dos estudos da identidade), da mesma maneira, por exemplo, que a identidade britânica foi construída nos séculos XVIII e XIX, por contraste com um estereótipo da França.

Depois do colapso do "Leste" comunista soviético, contra o qual a Europa Ocidental se definiu

Proponho que a nossa nova história seja construída a partir de seis linhas: a liberdade, a paz, a lei, a prosperidade, a diversidade e a solidariedade

desde o fim dos anos 40 até 1989, alguns políticos e intelectuais tentam agora encontrar o "outro" da Europa nos Estados Unidos ou no Islão. São tentativas vãs e contraproducentes, que dividem os europeus em vez de os unir. Tanto a criação de estereótipos do "outro" como a fabricação de mitos sobre o nosso passado colectivo são típicos daquilo a que chamo euronacionalismo - uma tentativa para replicar os métodos nacionalistas de construção de uma

identidade política ao nível europeu. Nesta proposta, o único "outro" que a Europa deve aceitar para ajudar a sua própria definição é o seu "eu" anterior: mais especificamente, os infelizes, autodestrutivos e por vezes bárbaros capítulos da história da civilização europeia.

Contando as guerras da Jugoslávia e o genocídio no Kosovo, essa infeliz história estende-se até ao último ano do último século. Não estamos a falar de um passado distante.

O conhecimento da história e a autoconsciência representam aqui um papel vital, mas tem de ser uma história honesta, capaz de mostrar as rugas, e não uma "mito-história".

Em contraste com grande parte do discurso europeu tradicional, nem a unidade nem o poder são tratados aqui como objectivos definidores do projecto europeu. A unidade, quer nacional quer continental, não é um fim em si mesma, mas apenas um meio para atingir fins mais elevados. E o mesmo acontece com o poder. A UE precisa, de facto, de mais capacidade para projectar o seu poder, especialmente na política internacional, de forma a proteger os nossos interesses e a concretizar alguns objectivos benéficos. Mas considerar o poder europeu, "*l'Europe puissance*", como um fim em si mesmo ou simplesmente como algo desejável para atingir o mesmo nível de poder dos Estados Unidos, é euronacionalismo e não patriotismo europeu.

Por isso, a nossa nova narrativa tem de ser um relato honesto e autocrítico do progresso (progresso imperfeito, mas progresso) a partir de diferentes passados e em direcção a objectivos partilhados que poderão constituir um futuro comum. Pela sua própria natureza, estes objectivos não podem ser inteiramente atingidos (não há paz perfeita, nem liberdade total, pelo menos na Terra), mas um desejo comum de os alcançar pode ser suficiente para unir uma comunidade política. O que se segue são notas para a formulação de uma história como a que preconizo, imbuídas de um vivo sentido crítico. Trata-se de uma primeira versão, grosseira, que outros poderão criticar e melhorar.

Se algo deste tipo não disser nada a um número suficiente de europeus, não valerá a pena prosseguir o esforço. Se disser, talvez valha a pena.

Liberdade

A história da Europa nos últimos 65 anos é a história da expansão da

liberdade. Em 1942 havia apenas quatro países que gozavam de uma periclitante liberdade: Grã-Bretanha, Suíça, Suécia e Irlanda. Em 1962, a maior parte da Europa ocidental gozava de liberdade, com a excepção de Espanha e Portugal. Em 1982, a Península Ibérica tinha-se juntado aos países livres, assim como a Grécia, mas a maior parte do que então chamávamos de Europa de Leste estava sob a ditadura comunista. Hoje, entre os países que podem ser considerados europeus, há apenas um pequeno e irritante regime autoritário na Bielorrússia. A maior parte dos europeus vive actualmente em democracias liberais. Isso nunca aconteceu no passado - nunca, nos últimos 2500 anos - e deve ser celebrado.

A maior parte dos actuais países membros da UE foram ditaduras durante uma parte das nossas vidas. O presidente italiano, Giorgio Napolitano, tem uma nítida recordação do regime fascista de Mussolini. O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, cresceu durante a ditadura de Salazar em Portugal. O responsável pela política externa da UE, Javier Solana, recorda-se de fugir à polícia do generalíssimo Franco. Onze dos 27 chefes de Estado que se sentaram à volta da mesa no Conselho Europeu da Primavera, incluindo a chanceler Angela Merkel, eram súbditos de ditaduras comunistas há menos de vinte anos.

Eles sabem o que é a liberdade porque sabem o que é a ausência de liberdade.

É evidente que as pessoas que viviam sob ditaduras queriam ser livres para poder viver a liberdade e não porque quisessem ser UEuropeus. Mas a perspectiva de aderir àquilo que é hoje a União Europeia encorajou país após país - da Espanha e Portugal, há 30 anos, à Croácia e à Turquia nos dias de hoje - a transformar a sua política interna, a sua economia, as suas leis, os seus *media* e a sua sociedade.

A União Europeia é uma das mais bem sucedidas máquinas de mudança pacífica de regime jamais concebidas. Durante décadas, a luta pela liberdade e o que foi simbolicamente designado por "regresso à Europa" andaram de braço dado.

Problemas

Um exame mais cuidado mostra que muitas das novas democracias europeias apresentam sérias lacunas, com elevados níveis de corrupção - especialmente, mas de

maneira nenhuma exclusivamente, no Sudeste europeu.

O dinheiro também tem demasiado peso na política, no sistema judicial e nos *media* das nossas democracias estabilizadas, como acontece nos EUA. Seja qual for a teoria, na prática os europeus ricos são mais livres que os pobres. A UE é um grande catalisador de democracia, mas não é, ela própria, muito democrática. Os regulamentos da União são justificadas em nome das “quatro liberdades” do Tratado de Roma - livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capital -, mas esses regulamentos podem ser eles próprios infracções da liberdade individual. Seja como for, a UE não pode reclamar todos os louros: os EUA, a NATO e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa também representaram um papel importante para garantir as liberdades dos europeus. Até há pouco tempo, a defesa dos direitos humanos e das liberdades cívicas era mais da esfera do Conselho da Europa e do seu Tribunal Europeu dos Direitos Humanos que da UE.

Paz

A Europa foi, ao longo de séculos, um teatro de guerra. Agora é um teatro de paz. Em vez de testarmos as nossas forças nacionais no campo de batalha, fazemo-lo num campo de futebol. As disputas entre nações europeias são resolvidas em infundáveis negociações em Bruxelas, não através do conflito armado. A UE é um sistema institucionalizado e permanente de resolução de conflitos. Quando se sentem fartos dos rodriguinhos de Bruxelas, pensem nas alternativas. Talvez lhes pareça impossível que franceses e alemães voltem alguma vez a enfrentar-se numa guerra, mas os sérvios e os albaneses andavam a matar-se uns aos outros anteontem. Não se pode confiar apenas na boa vontade para manter a paz na Europa. Este argumento a favor da integração europeia pode parecer velho e batido, mas isso não faz com que seja menos verdadeiro. Às vezes, os velhos argumentos são os melhores.

Problemas

Não podemos provar que foi a integração europeia que manteve a paz na Europa depois de 1945. Há quem defenda que foi a NATO e o sistema hegemónico da Guerra Fria, com os EUA a funcionar como o Grande Pacificador. Outros referem o facto de a Europa ocidental se ter tornado uma região de democracias liberais e atribuem a paz ao facto de as democracias liberais não fazerem guerra umas às outras.

De facto, houve várias coisas que aconteceram ao mesmo tempo e os historiadores discutem o mérito relativo de cada uma. Seja como for, a Europa Central e de Leste não viveu em paz depois de 1945: lembrem-se dos tanques soviéticos a rolar por Berlim Oriental, Budapeste



e Praga e da declaração do “estado de guerra” na Polónia em 1981. A própria Europa - entendida como UE ou num sentido mais vasto, englobando todas as democracias estabilizadas da região - não conseguiu evitar que a guerra voltasse ao continente depois do fim da Guerra Fria. A intervenção dos Estados Unidos foi por duas vezes necessária para pôr fim à guerra nos Balcãs. Portanto, de que é que estamos assim tão orgulhosos?

Lei

A maioria dos europeus vive a maior parte do tempo sob o império da lei. Gozamos de direitos humanos e cívicos que foram vertidos na legislação e podemos ir a tribunal para proteger esses direitos. Se não conseguirmos a reparação que procuramos nos tribunais locais ou nacionais, podemos recorrer a instâncias europeias - incluindo o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Homens ou mulheres, ricos ou pobres, negros ou brancos, heterossexuais ou homossexuais, todos são iguais perante a lei. De uma forma geral, podemos assumir que a polícia existe para nos proteger e não para defender os interesses dos poderosos, para favorecer a máfia ou para encher os próprios bolsos. Esquecemo-nos de como isto é raro no mundo. Durante a maior parte da história europeia, a maior parte dos europeus não viveu sob a protecção da lei. E pelo menos dois terços da humanidade

ainda hoje não vive. “Eu é que tenho a arma, portanto sou eu que decido o que é que a lei diz”, disse um polícia africano a um jornalista meu conhecido, numa barreira na estrada, antes de meter ao bolso uma “multa” arbitrária. A UE é uma comunidade de direito. O Tratado de Roma e os sucessivos tratados europeus foram sendo transformados numa espécie de constituição através do trabalho dos tribunais europeus.

Um especialista descreveu uma vez o Tribunal Europeu de Justiça como “o mais eficaz corpo judicial supranacional na história do mundo”. A lei da UE tem precedência sobre as leis nacionais. Mesmo as empresas e os governos mais poderosos têm de vez em quando de ceder perante as decisões dos juizes europeus. Porque é que os principais clubes de futebol europeus estão cheios de jogadores de outros países? Devido a uma decisão judicial europeia de 1995. É graças à aplicação das leis europeias relativas às “quatro liberdades” que a maior parte dos europeus pode hoje viajar, fazer compras, viver e trabalhar no lugar da Europa que desejar.

Problemas

Na prática, alguns são mais iguais que outros. Basta olhar para Silvio Berlusconi. E há ainda amplas áreas onde a lei não impera, especialmente no Sudeste e no Leste da Europa. Nas democracias

estabilizadas, os poderes das forças de segurança foram reforçados, incluindo a prisão sem julgamento, violando liberdades cívicas em nome da “guerra ao terror”. E a primazia da lei europeia e o poder dos juizes é precisamente o que os eurocépticos detestam - especialmente na Grã-Bretanha. Consideram que esse facto esvazia de poder os parlamentos democraticamente eleitos de estados soberanos.

Prosperidade

A maior parte dos europeus vive melhor que os seus pais e muito melhor que os seus avós. Vivem em casas mais confortáveis, mais quentes e mais seguras; têm uma alimentação mais rica e variada; dispõem de um rendimento mais elevado; gozam férias mais interessantes. Nunca vivemos tão bem. Olhem para *Europeus*, o maravilhoso livro de fotografias de Henri Cartier-Bresson, e verão como tantos europeus eram tão pobres nos anos 50. Se representarmos os países do mundo num mapa que atribua a cada país uma superfície equivalente ao seu Produto Interno Bruto, e se os colorirmos de acordo com o seu PIB *per capita*, veremos que a Europa é uma das regiões mais ricas do mundo.

Problemas

Bond Street, em Londres, e Kurfürstendamm, em Berlim, não são avenidas típicas da Europa. Ainda há bolsas vergonhosas

de pobreza, mesmo nos países mais ricos da Europa, e há ainda países muito pobres na Europa de Leste. Além de que é difícil de dizer que parte da riqueza europeia se deve à existência da UE. No seu livro *Europe Reborn*, o historiador económico Harold James reproduz um gráfico que mostra o crescimento do PIB *per capita* em França, Alemanha e Grã-Bretanha cresceu ao longo do século XX, com duas grandes depressões nas duas guerras mundiais, das quais recuperámos com o rápido crescimento do pós-guerra. Se olharmos para todo o século XX, vemos que a prosperidade cresceu praticamente à mesma taxa durante a sua primeira metade, quando ainda não tínhamos a Comunidade Económica Europeia, e durante a segunda, quando já tínhamos. A explicação principal para este crescimento estável, segundo James, é o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia. O Mercado Único europeu e a política de concorrência contribuíram seguramente para aumentar a nossa prosperidade; políticas como a Política Agrícola Comum e os custos suplementares criados pelos regulamentos europeus e pela política social não foram provavelmente uma grande ajuda. Países como a Noruega e a Suíça progrediram bem fora da UE. Seja como for, os dias de glória do crescimento europeu já passaram. Na última década, as economias europeias mais avançadas

A prosperidade europeia continua a atrair milhares

PHILIPPE SZEZAK/ATP

CONCERTO ÚNICO
EM PORTUGAL

com



PLÁCIDO DOMINGO

Pavilhão Atlântico, Lisboa - 21 de Abril de 2007 - 21.30h

Bilhetes à venda em: www.pavilhaoatlantico.pt, lojas Fnac, lojas El Corte Inglés, Ag Alvalade, ACP (Sede, Amoreiras e Colombo), Casa Viola (Areeiro, Rua Augusta e CC Colombo), ABEP



a wdp production in association with

→ cresceram menos que os Estados Unidos e muito menos que os gigantes emergentes da Ásia.

Diversidade

Num ensaio intitulado *Among the Euroweanies*, o humorista americano P.J. O'Rourke queixava-se da proliferação de "pequenos países sonolentos" na Europa. "Até as línguas são pequenininhas", resmungou O'Rourke. "Às vezes são precisas duas ou três só para conseguir resistir até ao almoço".

Isso é precisamente uma das coisas de que mais gosto na Europa. Podemos usufruir de uma cultura, de uma cidade, de um jornal e de uma gastronomia de manhã e, com um pequeno salto de comboio ou de avião, usufruir de coisas completamente diferentes à noite. E outras ainda no dia seguinte. E quando digo que "nós" podemos fazer isto não me refiro a uma pequena elite. Os estudantes que viajam na EasyJet e os canalizadores polacos que andam de comboio também têm oportunidade de beneficiar de tudo isto.

A Europa é um intrincado e multicolorido mosaico. Cada cultura nacional (e subnacional) tem as suas especialidades próprias e as suas belezas. Cada pequena língua revela um tipo de vida e de pensamento subtilmente diferentes, amadurecidos ao longo de séculos.

Para perguntar o que quer dizer algo, os britânicos falam da terra (*What on earth does that mean?*) e os alemães do céu (*Was im Himmel soll das bedeuten?*): o empirismo filosófico e o idealismo estão embebidos num frase do quotidiano. *Awantura* em polaco significa uma enorme e vociferante discussão, que, no entanto, nos dá um secreto prazer. *Bella figura* em italiano é uma noção intraduzível que significa a forma como um homem ou uma mulher gostam de se mostrar perante o sexo oposto. Isto não é apenas diversidade: é uma diversidade que cresceu, amadureceu e foi cultivada num clima de paz. A América tem riquezas e a África tem variedade, mas apenas a Europa combina tantas riquezas e tamanha variedade num tão pequeno espaço.

Problemas

Esta é a linha onde posso antecipar as críticas menos credíveis. Os eurocépticos criticam a União Europeia como uma forma homogeneizadora, que destrói as velhas especialidades nacionais como os queijos artesanais italianos (cujo sabor delicioso deve alguma coisa à sujidade das mãos daqueles que os fazem) ou a carne inglesa ou a cerveja medida em *pints*. Mas os exemplos não são numerosos e por cada elemento da velha diversidade que desaparece devido à regulamentação europeia há dois novos que aparecem, do Caffè Nero numa rua da Grã-Bretanha aos fins-de-semana baratos em Praga. A europeização é, em geral, uma versão muito menos homogeneizadora da globalização que a americanização.

Solidariedade

Não será este o mais característico dos valores da Europa de hoje? Nós acreditamos que o crescimento económico deve ser temperado pela justiça social e a liberdade do mercado pela segurança social - e temos leis europeias e estados-providência para garantir estes objetivos. Os sociais-democratas e os democratas-cristãos europeus concordam que uma economia de mercado não deve significar uma sociedade de mercado. Não queremos na Europa uma selva



capitalista, com uma filosofia de darwinismo social, ao estilo americano, onde os pobres e os fracós são abandonados à sua sorte, para morrer na valeta.

Também acreditamos na solidariedade entre os países mais ricos e os países e as regiões mais pobres dentro da UE - e daí os fundos europeus dos quais países como a Irlanda e Portugal beneficiaram de uma forma tão visível ao longo das duas últimas décadas. E acreditamos na solidariedade entre os países ricos do Norte do globo e os países pobres do Sul - e daí os nossos generosos

orçamentos, nacionais e europeus, de ajuda ao desenvolvimento e o nosso compromisso de travar o aquecimento global, que irá atingir de uma forma desproporcionada os países mais pobres do mundo.

Problemas

Esta é a linha onde a realidade da Europa fica mais dolorosamente longe das suas aspirações. Há um grau significativo de solidariedade social, mediada pelo Estado, nos países mais ricos da Europa, mas mesmo nas nossas cidades mais prósperas ainda temos mendigos e pessoas sem-abrigo que dormem

ao relento. Nos países mais pobres da Europa de Leste, o Estado-providência existe apenas no papel. Ser pobre, velho e doente no Leste selvagem da Europa não é mais agradável do que ser pobre, velho e doente no Oeste selvagem da América. É verdade que houve grandes transferências de dinheiro para países como Portugal, Irlanda e Grécia, mas as que estão previstas para os membros mais recentes da UE são muito menos generosas. No período 2004-2006, os "velhos" Quinze contribuíram com uma média de 26 euros por cidadão e por ano para o orçamento destinado

ao alargamento da UE - o que significa que a nossa solidariedade transeuropeia se cifrou no preço de uma chávena de café por mês. Quanto à solidariedade com o resto do mundo, a UE fica no topo do "índice de duplicidade de critérios" criado pela organização não-governamental Oxfam, que mede as práticas protecionistas nos países ricos do Norte do planeta. O nosso proteccionismo agrícola é tão mau como os piores e a UE é responsável, juntamente com os EUA, pelo vergonhoso arrastamento das negociações de Doha sobre o comércio mundial.

Estas são, insisto, meras notas para uma nova narrativa europeia. Talvez seja necessário acrescentar ou retirar um ou dois temas. Depois, é necessário cobrir este esqueleto com carne. Estes seis conceitos abstractos não vão suscitar a adesão popular e, muito menos, um grande entusiasmo. Tudo depende das personalidades, eventos e episódios que forem dando vida e cor a esta narrativa - e esses factores serão diferentes de lugar para lugar. As histórias da liberdade, da paz e da diversidade europeias podem e devem ser contadas de forma diferente em Varsóvia e em Madrid, à esquerda e à direita. Não tem de haver um tamanho único capaz de servir a toda a gente nesta nossa história. A narrativa não tem de seguir o exemplo da taxa de juro da zona euro. Pelo contrário: impor uniformidade na forma como se exalta a diversidade seria uma contradição. No entanto, dada a estrutura óssea comum, as histórias que hão-de compor o corpo da narrativa, sejam elas contadas em finlandês, italiano, sueco ou em francês, terão um enorme ar de família - tal como têm as cidades europeias.

Entretrecidas entre si, as seis linhas que aqui se apresentam formam um relato sobre o lugar de onde viemos e uma visão do lugar para onde queremos ir.

É natural que pessoas e povos diferentes valorizem umas mais do que outras. Para mim, as histórias mais inspiradoras são as da liberdade e da diversidade. Reconheço racionalmente a importância das outras, mas estas duas são as que aceleram o meu coração. Elas são a razão por que eu posso dizer, sem hipérbolos, que amo a Europa. Não da mesma maneira que amo a minha família, como é evidente - nada se compara com isso. Nem sequer da mesma maneira como amo a Inglaterra - ainda que num dia de chuva se possa aproximar. Mas há um sentido profundo que me permite dizer que amo a Europa - ou, por outras palavras, que me permite dizer que sou um patriota europeu.

A nossa nova história europeia nunca gerará o mesmo tipo de lealdades ferozes que eram características nos estados-nação da Europa antes de 1914. A Europa de hoje não é assim - felizmente.

A nossa iniciativa não precisa desse tipo de fogo emocional, nem sequer o deseja. A identidade europeia continua a ter uma identidade secundária e mais fria. Ninguém pede aos europeus para morrer pela Europa. Ninguém pede sequer à maior parte de nós para viver pela Europa. A única coisa que nos pedem é que deixemos a Europa viver.

Timothy Garton Ash é professor de Estudos Europeus na Universidade de Oxford.

Para debater esta proposta, visite o site www.europeanstory.net.